



ÀS AGENDAS DE REDACÇÃO

TRABALHADORES DAS IPSS E MISERICÓRDIAS EM GREVE NO PRÓXIMO DIA 7 DE JUNHO

MANIFESTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO PELAS 15.00 HORAS

Os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias, bem como os da União das Misericórdias Portuguesas, irão estar em greve no próximo dia 7 de Junho, para exigirem das entidades empregadoras melhores salários, melhores condições de trabalho e respeito pelos seus direitos.

Para além da greve de 24 horas, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, que representa estes trabalhadores, irá promover uma Manifestação Nacional, no mesmo dia, pelas 15.00 horas, junto ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em Lisboa, para exigir que o Governo considere nos aumentos das comparticipações do Estado, atribuídas anualmente às Instituições, a actualização salarial que se justifica.

Os Trabalhadores das IPSS e da União das Misericórdias Portuguesas e das Misericórdias não tiveram qualquer valorização remuneratória, tão pouco qualquer aumento salarial nas Tabelas Remuneratórias Mínimas, nos anos mais recentes.

Contudo, o Governo pôs à disposição do Sector Social e Solidário, onde se incluem as IPSS e Misericórdias, 1,5 mil milhões de Euros em cada ano, o que representou uma actualização anual dos valores das respectivas comparticipações, em 2016, de 1,3%, em 2017, de 2,1% e, em 2018, de 2,2%, sem que, nestes anos, houvesse qualquer aumento salarial para os trabalhadores.

A transferência para o Sector Social de bens, de avultadas verbas e de serviços, têm de ter em conta os trabalhadores, os seus salários e carreiras, porquanto são estes os principais agentes da execução das funções e serviços sociais que as IPSS e Misericórdias praticam, exigindo-lhes empenho, solidariedade, disponibilidade constante, num mundo de trabalho que, quer se queira ou não, tem particularidades de grandes exigências.

As IPSS, a União das Misericórdias Portuguesas e as Misericórdias não podem continuar com uma política de baixos salários. No mínimo, a evolução da RMMG deve ser reflectida em todos os níveis

e escalões das Tabelas Remuneratórias praticadas, sob pena de se estar a provocar um retrocesso na própria prestação da função social e solidária.

Por sua vez, o Governo que tem neste sector as respostas para as situações de exclusão social, de carências e outras, que ganham dia a dia maior expressão, em áreas como a segurança social, saúde e educação, tem a responsabilidade, juntamente com as instituições do Sector Social e Solidário, de promover uma política de melhores salários e condições de trabalho para os trabalhadores do sector, ao invés de os sujeitar a uma política de baixos salários e de exploração.

Lisboa, 6 de Junho de 2019

O Gabinete de Informação

Contacto: António Macário/961 561 699